

ADMINISTRAÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

AD MI NIS TRA ÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Administração: estudos organizacionais e sociedade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: estudos organizacionais e sociedade 2 /
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-433-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.334211709>

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A construção do campo de estudos em Administração tem passado por uma crescente produção incremental de pesquisas em diferentes partes do mundo em razão das rápidas transformações da realidade social, razão pela qual o presente livro surge para ampliar os debates temáticos com um enfoque pluralístico e fundamentado na riqueza empírica da realidade de um conjunto de estudos de caso.

Esta obra, intitulada “Administração: Estudos organizacionais e sociedade 2”, apresenta uma rica agenda de análises que valorizam a riqueza empírica da realidade administrativa em sua concretude, valorizando no trabalho de campo a construção de reflexões e novos conhecimentos que podem eventualmente corroborar para o avanço das fronteiras científicas, sem um necessário comprometimento com paradigmas ou teorias de *mainstream*.

O objetivo da presente obra é analisar a realidade empírica das organizações e do desenvolvimento organizacional por meio de uma triangulação metodológica de levantamentos bibliográficos com estudos de casos que é funcional para despertar a replicação de uma reflexão crítica sobre a construção do conhecimento científico em Administração com base na análise da realidade.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem quali-quantitativa, este livro foi estruturado pela conjugação de uma lógica convergente no uso do método dedutivo a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Os 18 capítulos apresentados neste livro são oriundos de uma reflexão empírica construída por um conjunto de profissionais oriundos de distintas Instituições de Ensino Superior do Brasil e do exterior, corroborando assim para a expansão das fronteiras do conhecimento com base em um trabalho construído coletivamente com várias mãos e buscando difundir a pluralidade de pensamento.

Em nome de todos os pesquisadoras e pesquisadores envolvidos neste livro, comprometidos com o desenvolvimento científico dos estudos administrativos, convidamos você leitor(a) para explorar conosco, neste rico campo epistemológico, toda a riqueza empírica da nossa realidade organizacional contemporânea, pois urge a necessidade de avançarmos com análises mais abertas ao debate e à pluralidade teórico-metodológica.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ORGANISATIONAL DEVELOPMENT. A GENERAL OVERVIEW

Tulio Barrios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117091>

CAPÍTULO 2..... 17

CONSULTORIA EMPRESARIAL E MOTIVAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Diego Felipe Borges Aragão

Francisco Lucas de Sousa

Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho

Ana Maria Soares de Sousa

Marcelo Araujo de Sousa

José Santana da Rocha

Neila Pio de Moraes


Neilany Araújo de Sousa

Luzia Rodrigues de Macedo

Maysa Mayanne Moraes de Moura

Thaíla Dália de Sousa Lacerda

Davir Rodrigues dos Santos Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117092>

CAPÍTULO 3..... 28


POLÍTICAS SOCIAIS E DIFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO: MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA E NÃO FRONTEIRIÇOS

Edemar Rotta

Ivann Carlos Lago

Daniela Moraes de Lima

Neusa Rossini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117093>

CAPÍTULO 4..... 44


SOCIEDADES COOPERATIVAS PRODUCTORAS Y SU FUNCIÓN EN LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN LA CIUDAD DE MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Igor Rivera

Denise Díaz de León

Jovany Arley Sepúlveda Aguirre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117094>


CAPÍTULO 5..... 56

PRODUCTIVIDAD DE LAS TIC Y DISPARIDAD DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL EN LAS MUNICIPALIDADES PERUANAS, 2015-2019

Teófilo Lauracio Ticona

Jarol Teófilo Ramos Rojas


José Luis Morales Rocha
Mario Aurelio Coyla Zela
Solime Olga Carrión Fredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117095>

CAPÍTULO 6..... 75

O EFEITO “LAVA JATO” NO MERCADO DE CAPITAIS E NA TAXA DE CÂMBIO


Vanessa Martins Valcanover
Paulo Sérgio Ceretta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117096>

CAPÍTULO 7..... 87

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONTRIBUIÇÕES E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARINGÁ - PR


Cibele Mantovanni
Luciano Ferreira de Lima
Juliane Sachser Angnes
Marcos Roberto Kuhl

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117097>

CAPÍTULO 8..... 100

REFLEXOS DO COVID - 19 NA RECEITA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DO PIAUÍ


Francinildo Carneiro Benicio
Anderson Lopes Nascimento
Augusta da Rocha Loures Ferraz
Cristiana Aragão Marques Correia Lima
Júlio da Silva Oliveira
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva
Gisele Leite Padilha
Ana Luiza Carvalho Medeiros Ferreira
Antônio Vinícius Oliveira Ferreira
Lennilton Viana Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117098>

CAPÍTULO 9..... 134

DESENVOLVIMENTO RENDAS PETROLIFERAS: OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NA ESCALA LOCAL


Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato
Valdir Júnio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117099>

CAPÍTULO 10..... 148

SOCIEDADE EM REDE: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE OS MEIS DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS

Raquel Prediger Anjos
Cleonice Alexandre Le Bourlegat

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170910>

CAPÍTULO 11..... 163

A EMPRESA JÚNIOR COMO GRANDE LABORATÓRIO PRÁTICO DO CONHECIMENTO E DA GESTÃO EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Brenda Avany Gomes Braga

Leandro Reis Santana

Venicius Lucas dos Santos

Willias Santos da Silva

Meire Ane Pitta da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170911>

CAPÍTULO 12..... 171

CONOCIMIENTO DE LA DIMENSIÓN SOCIOAMBIENTAL Y CONFLICTOS EN LA GESTIÓN DEL ESPACIO UNIVERSITARIO

Aloisio Ruscheinsky

Josep Trenc Esplugas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170912>

CAPÍTULO 13..... 181

LA EDUCACIÓN EN ACADEMIAS COMERCIALES EN ZACATECAS, MÉXICO: TESTIMONIOS DE SU IMPORTANCIA COMO MEDIO DE INSERCIÓN LABORAL Y MOVILIDAD SOCIAL PARA LAS MUJERES

José Roberto González Hernández

Yolanda Guadalupe González Carrillo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170913>

CAPÍTULO 14..... 196

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: UM DIAGNÓSTICO NO IFMA CAMPUS SANTA INÊS

Genilton Luis Freitas Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170914>

CAPÍTULO 15..... 212

“BATEU, LEVOU!”: ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES ESCOLARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cledinaldo Aparecido Dias

Vilma Oneide Dias

Kever Bruno Paradelo Gomes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170915>

CAPÍTULO 16..... 226

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO DAS CONTRIBUIÇÕES DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS

EM UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Michel Lopes França Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170916>


CAPÍTULO 17.....236

IMPLANTAÇÃO DE RASTREABILIDADE EM UM HOSPITAL GERAL, AVALIAÇÃO A PARTIR DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Lucicleide Maria de Azevedo Campelo

Theo Duarte da Costa

Rodrigo d'Avila Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170917>


CAPÍTULO 18.....249

MODALIDADES DE REMUNERAÇÃO MÉDICA EM AMBIENTE HOSPITALAR: NA BUSCA POR UM MODELO SUSTENTÁVEL

Eric Ettinger de Menezes Junior

Daniel Souza Ferreira Magalhães

Emerson Flamarion Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170918>

SOBRE O ORGANIZADOR.....266

ÍNDICE REMISSIVO.....267

POLÍTICAS SOCIAIS E DIFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO: MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA E NÃO FRONTEIRIÇOS

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 04/07/2021

Edemar Rotta

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9661112584933921>

Ivann Carlos Lago

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2406151442947645>

Daniela Morais de Lima

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6393498107320487>

Neusa Rossini

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3203860060673578>

RESUMO: A região Noroeste do Rio Grande do Sul situa-se em espaço de fronteira com a Argentina, apresentando situações peculiares em termos de desenvolvimento quando se comparam municípios de fronteira e não fronteiriços. Este artigo reflete sobre as possibilidades de entender estes diferenciais de desenvolvimento entre municípios de fronteira e não fronteiriços a partir da aplicação do fundo público em políticas sociais. Analisa-se a aplicação do fundo público em políticas sociais, no período compreendido entre 2007 e 2015, e as possibilidades de os

mesmos constituírem-se em fatores explicativos dos diferenciais de desenvolvimento. Realiza-se a comparação a partir dos indicadores presentes no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). A pesquisa está referenciada nos aportes do método dialético e na utilização das ferramentas da revisão bibliográfica e da análise de documentos. Constata-se que todos os municípios apresentaram crescimento nos valores *per capita* aplicados quando se trata do conjunto das políticas sociais, com destaque para a área de educação e cultura e ressalvas para saúde, saneamento, habitação e urbanismo. Esta ampliação dos investimentos teve sintonia com os indicadores de desenvolvimento. Porém, os diferenciais de aplicação do fundo público em políticas sociais, entre os municípios de fronteira e não fronteiriços, não se mostraram suficientes para explicar os diferenciais de desenvolvimento, exigindo novas perspectivas de estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Municípios. Fronteira. Fundo Público. Desenvolvimento. Política Social.

SOCIAL AND DIFFERENTIAL POLICIES IN DEVELOPMENT: BORDER AND NON-BORDER MUNICIPALITIES

ABSTRACT: The Northwest region of Rio Grande do Sul is located on the border with Argentina, presenting peculiar situations in terms of development when comparing border and non-border municipalities. This article reflects on the possibilities of understanding these development differentials between border and non-border municipalities based on the application of public funds in social policies. It analyzes the application of the public fund in social policies, in the period

between 2007 and 2015, and the possibilities of their becoming explanatory factors of the development differentials. The comparison is made from the indicators present in the Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). The research is referenced in the contributions of the dialectical method and in the use of bibliographic review and document analysis tools. It appears that all municipalities showed growth in *per capita* values applied when it comes to the set of social policies, with emphasis on the area of education and culture and reservations for health, sanitation, housing and urbanism. This expansion of investments was in line with the development indicators. However, the differentials in the application of the public fund in social policies, between border and non-border municipalities, were not sufficient to explain the development differentials, requiring new perspectives for studies.

KEYWORDS: Municipalities. Border. Public Fund. Development. Social Policy.

1 | INTRODUÇÃO

As experiências de Estado Social¹, desenvolvidas ao longo do século XX, evidenciaram que a ação do Estado, através da mobilização do fundo público e sua aplicação em políticas sociais, se constitui em condicionante fundamental nos processos de desenvolvimento das sociedades. Estas experiências também foram determinantes para afirmar uma nova compreensão de desenvolvimento para além da ideia dominante até o período, centrada apenas no crescimento econômico e nos fatores de produção. A compreensão de que o desenvolvimento abrange múltiplos fatores, muitos destes associados diretamente aos indicadores sociais, exige estudos mais detalhados a respeito das experiências de políticas sociais implantadas e de sua relação com o desenvolvimento das diferentes formações sociais.

Estudos realizados por Rotta (2007 e 2012) e Rotta, Lago e Rossini (2017), a respeito da região Noroeste do Rio Grande do Sul, identificaram a existência de uma inter-relação entre a aplicação do fundo público em políticas sociais (educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho) e as dinâmicas de desenvolvimento nos municípios da região, ao longo das décadas de 1990 e 2000. Porém, estes mesmos estudos apontaram situação peculiar vivida pelos municípios de fronteira com a Argentina, nos quais constata-se diferencial expressivo nos indicadores de desenvolvimento quando comparados com municípios semelhantes, da mesma região, mas não situados em espaços de fronteira. Esta constatação motivou a realização de estudo específico a fim de verificar se estes diferenciais encontram correlação com a aplicação do fundo público em políticas sociais ou devem ser buscadas outras variáveis explicativas.

Tem-se presente que o termo fronteira remete a múltiplos significados possíveis. Os mais utilizados na literatura das ciências humanas e sociais centram-se em aspectos territoriais e sociais. A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Cap. II, art. 20, § 2º, define a “faixa de fronteira” como uma área de até 150 Km de largura a partir do

¹ Entendendo como as diversas experiências de Estado (liberal, corporativista, conservadora, social democrata) que se desenvolveram no mundo a partir das ideias econômicas Keynesianas, da discussão dos direitos sociais e da nova discussão da relação entre Estado, sociedade e mercado que se desenvolveu no contexto do pós-guerra (COUTO, 2004).

limite físico com outro país, considerando-a como fundamental para a defesa do território e tendo sua ocupação e utilização reguladas por Lei. Considerando essa distância do limite com a Argentina, a maior parte dos municípios do Noroeste gaúcho enquadram-se nessa condição de faixa de fronteira e, da Região Funcional 7², os 77 municípios estão nesta condição.

Toma-se como referência para a realização deste estudo os 15 municípios da Região Funcional 7 que fazem fronteira física com a Argentina e compara-se com outros 15 que não estão na condição de fronteira física, mas que apresentam estrutura socioeconômica semelhante. A partir dessa comparação busca-se estabelecer algumas inferências em termos de aplicação do fundo público em políticas sociais e suas possíveis relações com indicadores de desenvolvimento destes municípios. Esta opção por selecionar os municípios limítrofes e não limítrofes para a comparação não significa que se está restringindo o conceito de fronteira à uma dimensão meramente física de linha que separa um Estado Nacional de outro, mas sim representa uma opção metodológica que nos permite situá-los no contexto regional e estabelecer um recorte analítico.

O texto aqui proposto está estruturado em três partes fundamentais. Na primeira, apresenta-se os conceitos básicos que orientam o estudo. Na segunda, explicita-se a proposta metodológica empregada. Na terceira, aponta-se os resultados obtidos e alguns desafios para novas pesquisas.

2 | CONCEITOS BÁSICOS QUE ORIENTAM O ESTUDO

O estudo está referenciado em quatro conceitos básicos e na relação entre eles: fronteira, fundo público, políticas sociais e desenvolvimento. Estes conceitos já possuem vasta tradição de estudos no sentido de demarcar o “estado da arte” em cada um deles. Portanto, este texto não tem a pretensão de retomar estes estudos, mas sim estabelecer um recorte no sentido de deixar clara a compreensão com a qual se trabalha.

Grande parte da tradição dos estudos de fronteira remete aos clássicos da geografia política alemã e francesa, pois envolvem aspectos territoriais, sociais, econômicos, culturais, políticos e antropológicos, gerando múltiplos significados e possibilidades analíticas (CASTRO et al, 1995; BECKER; HAESBAERT; SILVEIRA, 1983). A afirmação dos Estados Modernos como forma predominante de organização sociopolítica associou a compreensão de fronteira às ideias de soberania, limite, identidade, poder e jogo de forças, acentuando os enfoques geopolítico e socioeconômico.

Com o advento da globalização, a partir das últimas décadas do século XX, a ideia de fronteira passa por novas ressignificações. Por um lado, constrói-se uma tradição de estudos que a entende como um conceito superado, pois se estaria configurando “um

2 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS (COREDES) foram agregados em nove Regiões Funcionais de Planejamento, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e outras características similares (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

mundo sem fronteiras”, no qual a globalização tenderia a processos de homogeneização e dissolução das barreiras para a livre circulação de pessoas, mercadorias, capital e serviços (OHMAE, 1991 e 1996). Por outro, advoga-se a retomada do conceito de fronteira, quer como reação ao processo de globalização, ou via ampliação de seu escopo na direção de aspectos sociais, culturais e antropológicos (RODRIGUES, 2015; HORTELAN, 2016; SILVA; TOURINHO, 2017).

Estar na fronteira significa estar em um “espaço limite”, entre o pertencimento e o não pertencimento; entre a identidade e a diferença; entre o início e o fim; entre o ter e o não-ter; entre o ser e o não-ser. Porém, também representa um espaço de relações privilegiadas entre os diferentes; de alteridade; de fluidez; de contatos; de trocas; de interações (HORTELAN, 2016; SILVA; TOURINHO, 2017).

Neste estudo foca-se na dimensão da fronteira como “espaço limite” entre Estados Nacionais, permeada por múltiplas relações, tradições e interesses. A fronteira internacional pode fomentar e potencializar interações e possibilidades, mas também pode ampliar as dificuldades, ainda mais quando se registram percursos históricos marcados pelo predomínio de uma “Ideologia da Segurança Nacional”³, dificultando a manutenção, no longo prazo, de políticas e relações internacionais proativas em busca do desenvolvimento desses territórios. O caso brasileiro e, da região em estudo, aponta na direção dessa segunda tendência.

Os estudos sobre fundo público procuram ampliar as reflexões a respeito dos recursos e instrumentos que o Estado possui para implantar políticas públicas, para além do orçamento público. Salvador (2012) caracteriza o fundo público como “toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia” (p. 07) e nas demais dimensões de organização da sociedade, quer via empresas públicas, política monetária, fiscal e tributária ou orçamento público, visando o desempenho de suas múltiplas funções. Behring (2010), ao discutir fundo público, deixa evidente que o mesmo está diretamente ligado a interesses de classes e grupos, sendo sujeito a negociações, nas mais variadas e amplas arenas de disputa, na configuração de cada formação social, em cada momento histórico.

Neste estudo, ao se falar em orçamento público, ou mais especificamente em conjunto de “gastos”⁴ inclusos nas despesas por função, executadas pelos municípios, se está entendendo como a parte do fundo público disponível aos municípios para ser aplicada na implantação de suas políticas. Varela, Martins e Corrar (2009) evidenciam que,

3 Pensamento que nasce na primeira metade do século XX, mas que se afirma no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e da guerra fria. Entende que a fronteira entre Estados Nacionais deve ser objeto de vigilância e defesa, no sentido da soberania absoluta sobre o território, pois, do outro lado, está o inimigo que ameaça sua soberania. Essa visão acaba por traduzir-se também nas dimensões internas, incentivando a percepção do outro/diferente como inimigo/ameaça que deve ser combatida ou, no mínimo, mantida certa distância vigilante.

4 Utiliza-se o termo “gastos” por ser o de uso corrente na administração pública e na legislação que rege a área da contabilidade pública no Brasil. O termo “gastos”, na linguagem corrente da população em geral, está eivado de caráter pejorativo, traduzindo uma visão de desperdício e falta de zelo, não adequadas quando se pretende compreender o montante de recursos públicos utilizados na prestação de serviços essenciais à população.

nos debates sobre o orçamento público, os “gastos sociais” ganharam projeção a partir do momento em que os indicadores sociais passaram a ser utilizados, por organismos internacionais, para avaliar as administrações públicas, os países e as regiões, em termos de qualidade e de desenvolvimento. Esta inter-relação entre orçamento público, gastos sociais, indicadores sociais e desenvolvimento já é tradição de debate em políticas sociais (ROTTA, 2007).

As políticas sociais, originadas da relação entre trabalho e capital, mediadas pela ação do Estado, a partir de meados do século XIX, são criadas para responder às novas exigências da expansão do capitalismo. Ao longo do século XX, as políticas sociais vão se afirmando na perspectiva de garantir direitos e consolidar relações mediadas entre trabalho e capital. As experiências de Estado Social foram fundamentais para isso. Porém, o processo de reestruturação capitalista, fundado no ideário neoliberal, tem atribuído às políticas sociais e aos direitos conquistados pelos trabalhadores muitas das mazelas da crise do Estado e da própria reprodução do capital, exigindo revisões e supressões de políticas e de direitos. Neste contexto urge reafirmar a visão das políticas sociais como “o conjunto de provisões de necessidades sociais do cidadão que são incluídas como de responsabilidade social e pública” (SPOSATI, 2002, p. 38), sendo instrumentos essenciais para garantir os direitos fundamentais do cidadão.

Ao realizar revisão de literatura a respeito das políticas sociais, Castro (2012) refere que não se pode falar da existência de uma definição inequívoca do que sejam políticas sociais, chamando a atenção para o fato de que as diversas concepções adotadas por pesquisadores e formuladores de políticas estão preocupadas tanto com aspectos teóricos, quanto com aspectos ligados à prática concreta. Apesar das dificuldades e limitações no estabelecimento de um conceito, Castro (2012) entende a política social como “sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado⁵ que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação dos elementos do mercado” (p. 1014), visando viabilizar a proteção social e a promoção social.

No que concerne à compreensão de desenvolvimento, a pesquisa que dá base à produção deste artigo filia-se ao enfoque histórico-estrutural, da tradição brasileira e latino-americana sistematizada nos escritos de Celso Furtado e Raúl Prebisch. Nesta tradição, a ideia de desenvolvimento possui ao menos três dimensões. A primeira, aponta para o necessário incremento da eficácia do sistema social de produção, na medida em que o mesmo, mediante a acumulação e o progresso técnico, eleva a produtividade de força de trabalho. A segunda, vincula-se à satisfação das necessidades humanas elementares da população, no sentido de garantir a dignidade e promover a cidadania. A terceira, reitera a importância de um projeto ideológico de futuro, que estabeleça objetivos claros, definidos

5 Pfeifer (2014) destaca que, embora sendo atribuição fundamental do Estado, as políticas sociais podem ser implementadas por instituições públicas estatais, não estatais e até mesmo privadas, porém coordenadas por uma política pública articulada.

na esfera política e a partir de interesses de grupos e classes sociais. Nesse sentido, entende-se que só haverá verdadeiro desenvolvimento quando existir um projeto social subjacente (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

Perspectiva essa que é corroborada por Randolph (2016) ao afirmar que só haverá verdadeiro desenvolvimento onde existir um projeto social subjacente. Um projeto de transformação da realidade na direção da realização das potencialidades humanas, como “alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade” ou “realização das potencialidades humanas em duas direções” (RANDOLPH, 2016, p. 53). De um lado, pela “exploração de potencialidades já presentes na realidade” (desenvolvimento endógeno, fundado na participação, que pode alargar o potencial de ação da coletividade, a autodeterminação e a liberdade); de outro, pela produção de potencialidades, externamente, “por meio da ativação de recursos materiais e simbólicos inexistentes até então, o que poderia estimular a mobilização de sujeitos sociais e políticos” (p. 53).

Nesta perspectiva analítica compreende-se que o desenvolvimento implica, portanto, em um processo de transformação da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. Trata-se de um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais e em contextos concretos, conjugando crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população como um todo. É objeto do jogo de forças, dos conflitos de classes, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais. É produto de relações tensas e contraditórias estabelecidas nas sociedades e na relação destas com as demais (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

3 | METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa que dá base a este artigo vem sendo desenvolvida sob os aportes do método dialético, em suas categorias fundamentais da historicidade, da contradição e da totalidade. A historicidade no sentido da processualidade, da não naturalização dos fenômenos, da contextualização, do entendimento das suas vinculações objetivas com o real concreto vivido e com os espaços específicos. A contradição como possibilidade de perceber os diversos interesses em disputa, a não linearidade, os avanços, retrocessos e tensões que permeiam qualquer realidade concreta e suas manifestações. A totalidade como imperativo de perceber a interligação entre os diferentes elementos que compõem qualquer fenômeno, realidade ou manifestação do mesmo.

A metodologia adotada possui, predominantemente, o enfoque qualitativo, pois busca-se apontar tendências e possibilidades de articulação e inter-relação entre recursos do fundo público aplicados nas políticas sociais selecionadas e indicadores de desenvolvimento. Quanto aos procedimentos técnicos, trabalha-se com a revisão

bibliográfica, o estudo de documentos e a análise de dados secundários (PRODANOV; FREITAS, 2013). O desenho da pesquisa foi do tipo longitudinal retrospectivo, que permite a identificação das variações periódicas ocorridas em determinadas categorias, conceitos, eventos, variáveis, contextos ou comunidades (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A variável acompanhada na sequência temporal, entre 2007 e 2015, foi o montante de despesas por funções aplicado nas políticas sociais selecionadas. Adotou-se uma amostragem de municípios, por conveniência e não probabilística, em face do interesse em estudar os municípios de fronteira com a Argentina, pertencentes à Região Funcional 7 dos COREDES e compará-los com municípios não fronteiriços, da mesma região, com perfis socioeconômicos semelhantes (porte populacional e estrutura econômica).

Foram selecionados os 15 municípios da Região Funcional 7 que fazem fronteira física com a Argentina e outros 15 que não estão no limite de fronteira (vide Quadro 01), perfazendo 30 municípios para um total de 77 que pertencem à Região Funcional 7. Como o objetivo é comparar os municípios em termos de aplicação do fundo público nas políticas sociais e sua possível repercussão nos indicadores de desenvolvimento, selecionou-se o conjunto das políticas de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho, que representam a quase totalidade dos “gastos sociais” dos municípios, identificados através das planilhas “gasto por função”. Estas planilhas dos 30 municípios foram extraídas da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional⁶ e os dados foram organizados a partir das áreas de políticas sociais definidas e atualizados para a data de 31 de outubro de 2016, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), a fim de possibilitar comparações e análises.

De forma semelhante, para constituir os indicadores de desenvolvimento, utilizou-se como referência o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do estado do Rio Grande do Sul, disponível⁷, em sua série histórica, no site da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), em seus três blocos de variáveis: educação, saúde e renda. Como houve mudança na metodologia de cálculo do IDESE em de 2006, delimitou-se o período de 2007 a 2015 para o estudo comparativo, uma vez que no mesmo utiliza-se a nova metodologia⁸. Sendo 2007 como o primeiro ano da IDESE com a aplicação da nova metodologia e 2015 como o último ano de dados disponíveis. Esse mesmo marco temporal foi utilizado na organização dos dados da aplicação do fundo público.

6 Entre os anos de 1997 a 2012 os dados das contas municipais eram disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional através da Finanças Brasil – Dados Contábeis do Municípios (FINBRA). A partir de 2013, o Tesouro Nacional implantou o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Vide <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

7 Vide: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>

8 Vide: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/>

4 | FUNDO PÚBLICO, POLÍTICAS SOCIAIS E DIFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO: INDICATIVOS A PARTIR DA PESQUISA

O processo de pesquisa, especialmente nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, muito mais do que conduzir a resultados peremptórios, intenta compreender os fenômenos e apontar possibilidades. Neste intuito, este artigo quer apontar algumas constatações verificadas na pesquisa realizada e refletir sobre elas a partir do aporte teórico estabelecido como ferramenta analítica. Tratam-se de evidências provisórias que podem e devem ser submetidas a novos estudos no sentido qualificar os processos e os produtos.

Para a apresentação das constatações evidenciadas na pesquisa opta-se por analisar, em primeiro lugar, os valores *per capita* aplicados no total das políticas sociais de acordo com as planilhas de gasto por função, durante o período 2007 a 2015. Em um segundo momento demonstra-se os valores *per capita* aplicados nas políticas sociais de educação e cultura (grupo 01) e saúde, saneamento; habitação e urbanismo (grupo 02). Essa opção se dá, pois, esses dois grandes conjuntos de políticas sociais possuem um influxo direto nos indicadores presentes no IDESE em termos de educação (grupo 01) e saúde (grupo 02). Em cada um desses passos apresenta-se os indicadores do IDESE, no sentido de identificar possíveis correlações com os valores do fundo público aplicados.

Analisando os valores⁹ *per capita* aplicados percebe-se, entre o início e o final do período, que todos os municípios apresentaram crescimento nos valores aplicados, tendo presente que os valores deflacionados (Vide quadro 01). Entre os municípios de fronteira que apresentam os maiores valores *per capita* aplicados destacam-se Porto Vera Cruz, Garruchos e Porto Mauá, enquanto os menores valores encontram-se em Crissiumal, Porto Xavier e Alecrim. Entre os não de fronteira, os maiores valores encontram-se em São José do Inhacorá, Nova Candelária e Senador Salgado Filho, enquanto os menores valores são apresentados por Tenente Portela, Cerro Largo e Guarani das Missões. Entre os trinta analisados, o município que apresenta o maior valor *per capita* aplicado, ao longo do período analisado, é Porto Vera Cruz (de fronteira). Enquanto os menores valores encontram-se em Cerro Largo (não fronteiriço).

Analisando os dados do IDESE do período constata-se que os 30 municípios melhoraram seus indicadores, evidenciando certa correlação com a ampliação dos valores do fundo público aplicados. Fica evidente que os municípios de fronteira apresentam melhoras mais significativas do que os não fronteiriços, mas também que seus indicadores ainda se encontram abaixo dos demais, em sua grande maioria. Dos trinta municípios pesquisados, 25 apresentaram crescimento dos indicadores acima da média estadual no período, que foi de 7,7% (FEE, 2018). O pior desempenho foi apresentado por Porto Xavier (1,5%), enquanto o melhor por Roque Gonzales (34%), sendo os dois municípios de fronteira.

9 Optou-se por representá-los em uma sequência que tomasse os anos ímpares para tornar possível a visualização, e um quadro apenas, dos municípios de fronteira e não fronteiriços, ao longo de todo o período. Os anos não expostos no quadro também foram objeto de estudo.

Percebe-se que a condição de fronteira não é o determinante para o desempenho, mas sim a opção de investimento do fundo público, pois Porto Xavier está entre os municípios que apresentam os menores valores *per capita* aplicados em políticas sociais entre os pesquisados. Em relação à média estadual do IDESE para 2015 (0,751%), 13 municípios de fronteira e 08 não fronteiriços encontram-se abaixo da mesma (quadro 01).

Municípios de Fronteira					Municípios que não são de fronteira						
Município	2007	2009	2011	2013	2015	Município	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	1.808,37	2.211,04	2.462,04	2.485,01	2.460,96	Alegria	2.416,54	3.444,41	3.627,56	3.520,17	3.660,64
Crissiumal	1.794,47	1.964,83	2.383,25	2.348,70	2.486,44	Boa Vista do Buricá	2.034,21	2.635,03	2.794,34	2.548,52	2.725,01
Derrubadas	3.519,32	5.915,22	5.343,19	5.864,32	4.617,59	Bossoroca	2.584,07	3.425,91	3.467,24	3.333,25	3.204,09
Doutor Maurício Cardoso	2.789,14	3.226,36	3.463,34	3.858,59	3.357,22	Braga	2.955,39	2.973,13	4.483,93	3.867,66	3.316,04
Esperança do Sul	2.929,36	3.404,77	3.759,05	3.806,64	3.806,89	Cerro Largo	1.584,39	1.885,63	2.298,57	2.068,31	1.757,00
Garruchos	4.790,75	5.224,33	7.080,04	5.826,88	4.575,43	Guarani nas Missões	1.851,96	2.112,61	2.446,27	2.577,47	2.566,88
Novo Machado	3.217,48	3.582,41	3.957,41	3.778,82	4.124,42	Nova Candelária	4.283,32	4.131,82	4.843,36	4.882,80	4.877,99
Pirapó	3.808,19	4.102,76	4.587,06	4.620,76	4.899,99	São José do Inhacorá	3.675,31	4.281,31	4.236,83	5.222,91	5.172,36
Porto Lucena	2.123,39	2.699,94	2.820,83	2.889,68	*	São Martinho	2.178,69	2.802,80	2.900,16	2.981,13	3.133,94
Porto Mauá	3.909,19	3.996,77	5.086,20	4.985,46	5.101,33	São Miguel das Missões	2.521,96	2.782,45	2.903,66	3.441,80	3.514,60
Porto Vera Cruz	6.335,70	6.441,32	6.917,77	7.112,44	7.167,14	Sede Nova	3.746,41	3.378,33	4.265,66	4.247,78	4.666,37
Porto Xavier	1.833,65	2.190,99	2.238,63	2.484,60	2.357,42	Senador Salgado Filho	3.217,89	3.435,54	4.166,03	4.386,62	4.557,37
Roque Gonzales	1.992,01	3.074,85	2.693,34	3.022,36	3.115,76	Tenente Portela	1.590,56	1.868,74	2.104,93	2.205,35	2.071,91
São Nicolau	2.247,67	2.872,48	3.135,93	3.134,82	3.192,91	Tucunduva	2.252,67	2.325,54	3.069,70	2.754,28	2.996,50
Tiradentes do Sul	1.965,93	2.186,83	2.755,98	2.786,99	2.602,26	Vitória das Missões	2.951,14	4.330,90	3.740,65	3.816,81	3.747,14

Municípios de fronteira					Municípios não fronteiriços						
Município	2007	2009	2011	2013	2015	Município	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	0,623	0,617	0,625	0,677	0,692	Alegria	0,657	0,677	0,693	0,713	0,756
Crissiumal	0,660	0,669	0,701	0,737	0,742	Boa Vista do Buricá	0,730	0,730	0,747	0,790	0,796
Derrubadas	0,681	0,653	0,688	0,696	0,728	Bossoroca	0,678	0,704	0,671	0,740	0,745
Doutor Maurício Cardoso	0,684	0,682	0,725	0,742	0,757	Braga	0,604	0,628	0,642	0,688	0,684
Esperança do Sul	0,555	0,577	0,620	0,646	0,674	Cerro Largo	0,722	0,745	0,754	0,788	0,791
Garruchos	0,604	0,603	0,622	0,675	0,724	Guarani das Missões	0,671	0,665	0,713	0,732	0,733
Novo Machado	0,653	0,631	0,673	0,735	0,748	Nova Candelária	0,764	0,825	0,786	0,803	0,804
Pirapó	0,638	0,630	0,631	0,670	0,711	São José do Inhacorá	0,698	0,705	0,773	0,802	0,779
Porto Lucena	0,642	0,649	0,665	0,677	0,708	São Martinho	0,689	0,693	0,736	0,775	0,784
Porto Mauá	0,683	0,699	0,687	0,726	0,739	São Miguel das Missões	0,668	0,676	0,672	0,729	0,729
Porto Vera Cruz	0,607	0,612	0,622	0,701	0,706	Sede Nova	0,705	0,697	0,717	0,754	0,737
Porto Xavier	0,662	0,654	0,653	0,699	0,670	Senador Salgado Filho	0,625	0,678	0,673	0,736	0,731
Roque Gonzales	0,585	0,629	0,673	0,704	0,785	Tenente Portela	0,625	0,656	0,699	0,721	0,724
São Nicolau	0,570	0,562	0,604	0,631	0,685	Tucunduva	0,743	0,771	0,775	0,795	0,784
Trindade do Sul	0,624	0,640	0,659	0,696	0,710	Vitória das Missões	0,638	0,639	0,628	0,695	0,715

* Dados não informados.

Quadro 01: Valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais X Desempenho no IDESE -2007 – 2015.

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de BRASIL (2013 e 2016) e FEE (2018).

Os dados apresentados no quadro acima não permitem inferir que a condição de fronteira seja fator determinante na destinação ou não de recursos do fundo público para as políticas sociais. Muito menos que o determinante seja o tamanho do município ou seu desempenho em termos de Produto Interno Bruto (PIB). Essa constatação vem corroborar

resultados já apresentados em pesquisas anteriores (ROTTA, 2007 e 2012; ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

Tomando como referência os valores *per capita* aplicados em educação e cultura percebe-se, de forma geral, uma tendência de crescimento nos montantes aplicados, como destacado anteriormente. Porto Vera Cruz, Garruchos e Derrubadas são os de fronteira que mais investem. Nova Candelária, São José do Inhacorá e Senador Salgado filho são os não fronteiriços que mais investem. Consta-se que o elemento fronteira não é determinante, como evidenciado no caso geral das políticas sociais. Evidencia-se que o município que menos investe, ao longo de todo o período, é Cerro Largo, com valores três vezes menor do que o que mais investe, que é Nova Candelária; os dois, municípios não fronteiriços.

Municípios de Fronteira						Municípios que não são de fronteira					
Município	2007	2009	2011	2013	2015	Município	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	468,53	582,59	500,88	524,81	525,53	Alegria	599,88	716,89	1.018,79	683,74	673,67
Crissiumal	419,26	526,29	660,01	734,28	858,06	Boa Vista do Buricá	523,28	599,88	581,73	671,72	680,25
Derrubadas	905,94	999,93	1.390,39	1.473,50	1.395,10	Bossoroca	721,45	847,46	843,69	875,34	904,66
Doutor Maurício Cardoso	630,65	606,90	606,51	686,25	686,61	Braga	663,62	633,37	940,21	907,11	779,33
Esperança do Sul	653,61	773,47	860,04	1.161,32	957,48	Cerro Largo	321,84	355,83	522,02	424,71	360,79
Garruchos	1.313,11	1.284,81	1.631,35	1.324,77	958,63	Guarani nas Missões	490,37	485,11	547,21	670,37	652,58
Novo Machado	594,85	464,29	597,20	514,73	537,87	Nova Candelária	1.136,58	823,36	1.240,78	1.162,73	1.054,99
Pirapó	1.008,95	993,42	600,22	995,09	1.020,97	São José do Inhacorá	960,15	778,96	762,28	984,38	1.193,43
Porto Lucena	587,65	509,95	522,22	584,00	*	São Martinho	541,51	698,47	757,73	681,83	665,88
Porto Mauá	960,81	659,77	823,64	843,07	844,47	São Miguel das Missões	718,82	919,26	739,73	979,20	918,17
Porto Vera Cruz	1.461,66	1.097,19	907,77	1.035,74	1.038,66	Sede Nova	760,73	821,44	943,26	996,84	934,65
Porto Xavier	429,93	646,01	630,23	670,00	630,09	Senador Salgado Filho	931,61	738,65	707,52	989,05	1.098,76
Roque Gonzales	570,48	683,22	688,85	751,66	761,39	Tenente Portela	349,95	400,07	553,66	588,69	495,30
São Nicolau	582,43	643,70	676,42	658,32	698,26	Tucunduva	487,27	397,60	432,76	477,94	505,57
Tiradentes do Sul	553,35	694,04	599,69	692,79	686,07	Vitória das Missões	599,01	707,39	816,27	763,12	789,01

Quadro 02: Valores *per capita* aplicados em Educação, 2007 – 2015.

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de BRASIL (2013 e 2016).

Quando se analisam os dados do IDESE no quesito Educação, constata-se que ocorreram crescimentos significativos no indicador da grande maioria dos municípios. Chama atenção o resultado negativo de Porto Xavier, o único que reduziu seu indicador ao longo da série analisada, corroborando o que já se destacou anteriormente. Também se percebe uma associação nítida entre os destaques nos valores aplicados e a melhoria dos indicadores, como são os casos de Porto Vera Cruz (43%) e de Garruchos (39,5%). Em relação à média estadual para 2015 (0,698), evidencia-se que 6 municípios não fronteiriços e 4 de fronteira encontram-se abaixo da mesma, mais uma vez corroborando a assertiva de que não é apenas o dado fronteira o elemento determinante. Vide quadro abaixo.

Municípios de fronteira						Municípios que não são de fronteira					
Municípios	2007	2009	2011	2013	2015	Municípios	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	0,639	0,606	0,568	0,694	0,753	Alegria	0,665	0,653	0,651	0,689	0,773
Crissiumal	0,708	0,661	0,718	0,780	0,767	Boa Vista do Buricá	0,752	0,750	0,730	0,761	0,794
Derrubadas	0,654	0,614	0,724	0,719	0,774	Bossoroca	0,687	0,718	0,668	0,759	0,756
Doutor Maurício Cardoso	0,716	0,707	0,727	0,726	0,776	Braga	0,647	0,664	0,677	0,715	0,683
Esperança do Sul	0,460	0,465	0,531	0,535	0,634	Cerro Largo	0,664	0,676	0,684	0,761	0,782
Garruchos	0,533	0,512	0,540	0,614	0,742	Guarani das Missões	0,679	0,605	0,701	0,709	0,736
Novo Machado	0,645	0,603	0,686	0,764	0,788	Nova Candelária	0,645	0,717	0,726	0,748	0,750
Pirapó	0,675	0,635	0,661	0,711	0,766	São José do Inhacorá	0,684	0,694	0,784	0,795	0,763
Porto Lucena	0,688	0,650	0,675	0,656	0,748	São Martinho	0,706	0,688	0,723	0,763	0,794
Porto Mauá	0,751	0,768	0,715	0,754	0,779	São Miguel das Missões	0,520	0,528	0,547	0,608	0,654
Porto Vera Cruz	0,546	0,571	0,565	0,748	0,782	Sede Nova	0,659	0,625	0,688	0,688	0,680
Porto Xavier	0,724	0,701	0,684	0,753	0,714	Senador Salgado Filho	0,535	0,623	0,569	0,649	0,669
Roque Gonzales	0,590	0,626	0,669	0,740	0,691	Tenente Portela	0,609	0,671	0,738	0,714	0,680
São Nicolau	0,547	0,544	0,598	0,570	0,670	Tucunduva	0,758	0,791	0,789	0,831	0,814
Tiradentes do Sul	0,655	0,618	0,637	0,708	0,682	Vitória das Missões	0,600	0,584	0,574	0,699	0,744

Quadro 03: IDESE Educação, 2007 – 2015.

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de FEE (2018).

Tomando como referência os dados de aplicação em saúde e saneamento e em habitação e urbanismo percebe-se que para o primeiro grupo (saúde e saneamento) há uma tendência de crescimento em quase todos os municípios até o ano de 2013, invertendo-se em 2014 e 2015. Em 2015, 21 municípios apresentaram tendência de queda nos valores per capita aplicados em saúde e saneamento, sendo doze de fronteira e nove não fronteiriços. Pode-se inferir que a crise econômica nacional tenha sido um dos fatores básicos para explicar esse fato. Em relação à aplicação do fundo público em habitação e urbanismo percebe-se uma oscilação que impede análise mais objetivas, evidenciando que esta área não está presente nas prioridades de investimento dos municípios. Em estudos anteriores (ROTTA, 2007 e 2012; ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017) já se chamou a atenção para isso e se ligou este fato à compreensão dominante nos municípios de que estas áreas são de responsabilidade dos governos estadual e federal. Vide quadro 04.

Municípios de Fronteira	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento
	2007	2007	2009	2009	2011	2011	2013	2013	2015	2015
Alecrim	138,91	449,76	180,37	508,82	121,59	602,06	66,12	670,43	26,36	578,65
Crissiumal	182,59	309,98	215,78	393,15	213,64	469,53	148,47	499,24	197,51	622,40
Derrubadas	133,15	843,20	1891,35	1069,89	825,68	979,17	702,38	1283,21	112,48	1028,16
Doutor Maurício Cardoso	0,00	591,97	0,00	764,73	1,91	789,11	23,46	977,64	185,41	951,19
Esperança do Sul	309,76	611,15	559,73	792,37	278,77	983,09	26,94	1006,78	100,54	936,91
Garruchos	36,86	1092,21	111,88	1223,58	95,59	1623,24	8,75	1640,62	2,74	1133,28
Novo Machado	80,05	555,50	0,00	866,55	170,34	1197,63	84,43	1461,26	56,84	1272,57
Pirapó	57,21	912,02	20,78	1183,54	140,13	767,01	995,09	1432,29	55,15	1347,13
Porto Lucena	1,58	538,41	21,46	677,53	105,85	623,01	33,72	728,68	*	*
Porto Mauá	62,59	851,55	36,74	1091,33	202,37	1163,90	35,65	1465,03	22,36	1440,41
Porto Vera Cruz	383,30	946,99	313,11	1260,62	476,91	1332,76	295,64	1559,80	99,71	1463,87
Porto Xavier	14,01	479,63	30,77	546,03	71,58	639,61	5,53	745,74	9,60	623,97
Roque Gonzales	80,54	384,81	69,70	594,47	189,04	621,19	60,01	752,28	81,74	691,42
São Nicolau	4,41	445,08	169,87	527,04	344,38	679,20	169,85	752,91	142,81	680,18
Tiradentes do Sul	260,86	477,10	318,09	572,39	368,48	767,05	331,81	788,91	105,14	664,21

Municípios não Fronteiriços	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Habituação e Urbanismo	Saúde e Saneamento
	2007	2007	2009	2009	2011	2011	2013	2013	2015	2015
Alegria	270,06	578,91	405,04	768,70	352,93	730,64	363,79	879,60	449,72	923,42
Boa Vista do Buricá	106,91	372,97	165,42	427,73	404,82	485,00	85,69	609,28	140,36	687,09
Bossoroca	36,34	548,98	122,19	624,08	149,35	689,26	35,95	874,46	30,30	12,29
Braga	75,21	554,89	68,88	790,19	156,54	1420,62	89,24	1081,20	112,66	822,43
Cerro Largo	128,10	263,51	177,17	326,95	224,29	420,71	203,33	505,19	172,72	429,15
Guarani nas Missões	143,52	278,24	138,06	302,22	217,39	494,46	115,80	505,47	118,08	511,53
Nova Candelária	113,11	626,93	63,22	815,49	316,22	890,74	152,55	1034,95	123,90	1130,15
São José do Inhacorá	155,49	835,38	191,76	954,31	209,22	1054,41	121,47	1251,72	106,86	1089,92
São Martinho	50,97	430,73	150,01	543,26	297,87	649,97	312,70	690,44	23,16	642,21
São Miguel das Missões	134,59	520,98	142,24	567,97	24,57	600,32	35,17	768,78	27,71	738,91
Sede Nova	211,89	346,53	32,06	730,39	477,64	427,20	184,99	989,07	405,95	955,59
Senador Salgado Filho	197,42	680,66	296,14	801,08	729,34	874,31	249,18	1017,88	270,02	1019,48
Tenente Portela	129,60	298,49	156,40	450,66	142,04	457,54	134,79	554,71	116,51	539,08
Tucunduva	137,15	456,45	134,85	506,51	272,78	616,96	37,42	769,99	57,33	763,09
Vitória das Missões	133,96	549,36	1144,68	742,16	155,87	857,33	87,08	940,84	109,37	867,97

Quadro 04: Valores *per capita* aplicados em Saúde e Saneamento e em Habituação e Urbanismo, 2007 – 2015.

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de BRASIL (2013 e 2016).

Quando se buscam relações destes recursos aplicados com os indicadores do IDESE, o foco se volta para os dados relativos à saúde representados no mesmo. É evidente que os indicadores de saúde são os mais elevados na composição do IDESE em quase todos os municípios analisados, sendo, os mesmos, grandes responsáveis pela elevação do IDESE Geral. Por outro lado, percebe-se que as oscilações nos intervalos de dois anos são bens mais frequentes do que as constatadas no IDESE Educação e no Geral, denotando que a redução de recursos apresenta impactos imediatos nos indicadores. Comparando o início e o final da série, constata-se que 10 municípios, cinco de fronteira

e cinco não fronteiriços, pioraram seus indicadores, o que, representa um alerta para os formuladores de políticas públicas.

Municípios de fronteira					Municípios que não são de fronteira						
Municípios	2007	2009	2011	2013	2015	Municípios	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	0,812	0,801	0,825	0,807	0,791	Alegria	0,801	0,818	0,851	0,820	0,851
Crissiumal	0,807	0,837	0,833	0,825	0,847	Boa Vista do Buricá	0,831	0,830	0,849	0,887	0,868
Derrubadas	0,806	0,827	0,824	0,784	0,849	Bossoroca	0,772	0,781	0,777	0,786	0,815
Doutor Maurício Cardoso	0,784	0,764	0,822	0,812	0,800	Braga	0,759	0,800	0,784	0,821	0,868
Esperança do Sul	0,794	0,807	0,829	0,840	0,855	Cerro Largo	0,870	0,872	0,858	0,839	0,867
Garruchos	0,823	0,787	0,794	0,794	0,813	Guarani das Missões	0,801	0,803	0,819	0,818	0,808
Novo Machado	0,830	0,778	0,757	0,807	0,821	Nova Candelária	0,801	0,810	0,847	0,817	0,807
Pirapó	0,827	0,798	0,764	0,780	0,816	São José do Inhacorá	0,856	0,851	0,893	0,872	0,841
Porto Lucena	0,791	0,837	0,793	0,783	0,813	São Martinho	0,806	0,821	0,841	0,826	0,844
Porto Mauá	0,829	0,851	0,843	0,872	0,868	São Miguel das Missões	0,825	0,830	0,816	0,823	0,799
Porto Vera Cruz	0,822	0,818	0,812	0,792	0,795	Sede Nova	0,836	0,843	0,804	0,832	0,827
Porto Xavier	0,810	0,813	0,809	0,815	0,780	Senador Salgado Filho	0,769	0,810	0,834	0,830	0,820
Roque Gonzales	0,761	0,806	0,821	0,824	0,826	Tenente Portela	0,793	0,792	0,798	0,823	0,844
São Nicolau	0,776	0,724	0,753	0,799	0,834	Tucunduva	0,853	0,870	0,850	0,839	0,834
Tiradentes do Sul	0,764	0,788	0,771	0,799	0,817	Vitória das Missões	0,784	0,797	0,783	0,813	0,832

Quadro 05: IDESE Saúde, 2007 – 2015.

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de FEE (2018).

Comparados os desempenhos dos municípios de fronteira e os não fronteiriços percebem-se pequenas vantagens para os segundos, na medida em que nestes, apenas 4 municípios encontram-se abaixo da média estadual do indicador saúde (0,817). Nos municípios de fronteira são 7 abaixo da média estadual. O município de melhor desempenho foi Braga, não fronteiriço, que passou de 0,759, em 2007, para 0,868, em 2015. Enquanto o pior desempenho foi evidenciado por Porto Xavier (da fronteira), que passou de 0,810, em 2007, para 0,780, em 2015.

5 | CONCLUSÃO

A correlação entre valores do fundo público aplicado nas políticas sociais e indicadores de desenvolvimento é amplamente comprovada na literatura das ciências sociais e sociais aplicadas, especialmente em municípios de pequeno porte. Essa relação se consolida a partir da afirmação de que só há desenvolvimento quando se estende os benefícios do crescimento econômico, gerando condições de vida decente para todos. Vida decente supõe acesso à educação, saúde, assistência, saneamento básico, habitação, trabalho, segurança, entre outros direitos fundamentais do cidadão, garantidos por uma

ação incisiva do Estado, quer de forma direta ou em parceria com organizações da sociedade, via políticas públicas.

No estudo realizado identificou-se a correlação entre aplicação do fundo público e indicadores de desenvolvimento, pois evidenciou-se que o aumento dos valores *per capita* aplicados nas políticas sociais teve sintonia com a melhora dos indicadores de desenvolvimento, representados nos dados relativos à educação (de forma mais consistente), à saúde e ao indicador síntese do IDESE. Os municípios que mais ampliaram os valores *per capita* aplicados em políticas sociais, independente se de fronteira ou não fronteiriços, tiveram desempenhos melhores do que os que não ampliaram, comparando-se os dados do IDESE para o período.

Mesmo que se tenha comprovado o que já vem sendo evidenciado em outros estudos, que os municípios de fronteira apresentam indicadores de desenvolvimento abaixo dos não de fronteira, os diferenciais de aplicação do fundo público em políticas sociais não se mostraram suficientes para explicar os diferenciais de desenvolvimento, exigindo novas perspectivas de estudos.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.

BRASIL – TESOURO NACIONAL. **SICONFI** – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília: Tesouro Nacional, 2016. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL – TESOURO NACIONAL. FINBRA – Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: STN, 2013. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CASTRO, Jorge A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CASTRO et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COUTO, B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios – IDESE**. Porto Alegre: FEE, 2018. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez. 2014.

HORTELAN, Luiza T. A questão do território fronteiriço e suas articulações com gênero nas ciências sociais brasileiras: conceitos, usos, tradições, lugares. **ANAIS 40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, 24 a 28 out. 2016. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st18-7/10327>>. Acesso em: 27 out. 2018.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OHMAE, Kenichi. **O mundo sem fronteiras: poder e estratégia em uma economia global**. Tradução de Maria Cláudia O. Santos. São Paulo: Makron; McGraw-Hill, 1991.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANDOLPH, Rainer. A tríade do desenvolvimento, planejamento e política (poder): proposições para investigações de transformações e políticas regionais. In: ETGES, V. E; CADONÁ, M. A. (orgs.). **Globalização em tempos de regionalização – repercussões no território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016, p. 39-62.

RIO GRANDE DO SUL. **Perfis – Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica**, Porto Nacional (TO), n. 2, p. 139-157, dez. 2015.

ROTTA, Edeimar. Desenvolvimento regional e políticas sociais: um estudo do Noroeste do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 74 - 91, jan./jul. 2012.

ROTTA, Edeimar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PPGSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

ROTTA, Edeimar; LAGO, Ivann C; ROSSINI, Neusa. Disputa pelo fundo público municipal: as políticas sociais na trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 495-510, ago./dez. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/27554/16427>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, Jan./Jun. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/UUFFS/Downloads/12263-54920-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed, São Paulo: Penso, 2013.

SILVA, Marlon L; TOURINHO, Helena L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2017 jan./abr., 9(1), 96-109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n1/2175-3369-urbe-2175-3369009001AO09.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

SPOSATI, Aldaíza de O. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: MAIA, Marilene (org.). Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. **Caderno Ideação**. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2002. p. 33- 53.

VARELA, Patrícia S; MARTINS, Gilberto de A; CORRAR, Luiz J. Perfil dos gastos públicos *versus* perfil econômico-social dos municípios paulistas. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 80 - 97 jan./abr. 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação social 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97

Ações afirmativas 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211

Administração 18, 19, 22, 27, 31, 75, 86, 98, 99, 100, 104, 130, 131, 145, 180, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 228, 235, 236, 238, 249, 266

Adolescência 212, 213, 215, 221, 223, 224

Adolescente(s) 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Alunos com deficiência 226, 228, 229, 232, 234

Ambiente organizacional 17, 18, 21, 22, 25, 26, 27

B

Bacia de Campos 134, 138, 139, 141

Brasil 20, 21, 27, 28, 31, 34, 36, 37, 39, 41, 42, 76, 77, 79, 83, 84, 86, 88, 90, 94, 101, 102, 103, 104, 130, 131, 146, 147, 149, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172, 176, 194, 197, 198, 199, 200, 203, 209, 210, 211, 213, 216, 218, 219, 220, 223, 224, 227, 234, 238, 247, 249, 250, 254, 258, 259, 264

C

CODEM 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Conhecimento 19, 20, 21, 79, 112, 148, 150, 151, 162, 163, 164, 165, 169, 201, 230, 240, 243, 245, 252

Consultoria 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 103, 169

Cooperativas 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 137, 258, 263, 266

Custos 134, 135, 215, 236, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 262, 263

D

Desenvolvimento 1, 17, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 75, 77, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 113, 133, 134, 136, 137, 138, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 197, 201, 207, 209, 213, 215, 228, 230, 233, 234, 239, 241, 247, 266

Desigualdade social 196, 197, 198, 208, 209, 210

E

Educação empreendedora 163

Empreendedorismo 152, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169

Empresa de *facilities* 226, 230, 231, 234

Empresa Júnior 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Ensino 134, 149, 164, 165, 169, 180, 200, 205, 207, 208, 209, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 228, 229, 232, 233

Escola 197, 201, 204, 205, 207, 209, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 266

F

Fronteira 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 98, 131

Fundo público 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42

G

Gestão 19, 21, 22, 27, 43, 89, 96, 100, 101, 104, 134, 136, 137, 163, 165, 169, 170, 180, 201, 204, 208, 226, 229, 231, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 266

H

Hospital 236, 237, 240, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 259, 263, 265

I

IBOVESPA 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Inclusão social 162, 197, 199, 226, 229, 234

Inovação 95, 96, 148, 150, 151, 152, 155, 159, 166, 180, 226, 229, 266

L

Local 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 89, 94, 99, 113, 120, 134, 137, 138, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 162, 179, 184, 185, 202, 203, 204, 208, 226, 227, 249

M

Médico 190, 203, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 262, 263, 264

MEI 148, 149, 150, 153, 158, 160, 161, 162

Mercado 18, 19, 20, 22, 25, 29, 32, 46, 48, 49, 57, 68, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 86, 89, 148, 149, 155, 156, 165, 166, 167, 168, 169, 197, 210, 227, 250, 253, 256, 264

Minas Gerais 42, 134, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 229

Motivação 17, 18, 23, 24, 25, 26, 89, 160, 227

Municípios 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 88, 97, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 128, 130, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

N

Norte Fluminense 134, 138, 139, 140, 141, 145, 147

O

Operação Lava Jato 75, 76, 78, 79, 82, 83

Orçamento 31, 32, 104, 109, 135, 143, 145, 146, 250, 256

Organização 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 102, 103, 138, 150, 151, 152, 154, 206, 212, 220, 238, 246, 251, 258, 259, 264

P

Paciente 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 263

Pagamento 79, 103, 106, 139, 140, 144, 145, 249, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265

Paraná 89

Petróleo 78, 134, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147

Políticas públicas 31, 33, 40, 41, 88, 95, 97, 98, 104, 134, 135, 136, 138, 146, 147, 150, 154, 180, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 209, 210, 211, 214, 222, 228, 229, 253, 266

Políticas sociais 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 134, 135, 139

Processos 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 29, 31, 35, 89, 112, 155, 156, 162, 169, 198, 204, 205, 209, 212, 213, 236, 240, 242, 243, 247, 251

Q

Qualidade 22, 25, 32, 45, 87, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 114, 137, 151, 165, 167, 204, 207, 212, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

R

Rastreabilidade 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Rede 78, 148, 150, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 169, 197, 200, 210, 216, 226, 228, 229, 231, 233

Remuneração 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Rendas petrolíferas 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Rio Grande do Sul 28, 29, 30, 34, 41, 42, 75, 131

Royalties 57, 134, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146

S

Saúde 28, 29, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 78, 83, 86, 88, 92, 95, 101, 102, 103, 105, 110, 113,

116, 127, 131, 132, 133, 144, 197, 213, 214, 220, 222, 223, 224, 228, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Sociedade 1, 29, 31, 33, 41, 42, 44, 76, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 104, 108, 131, 136, 137, 148, 150, 164, 165, 166, 169, 198, 200, 209, 210, 222, 227, 228, 229, 234, 266

T

Taxa de câmbio 75

U

Universidade 17, 28, 75, 86, 87, 99, 130, 134, 164, 169, 196, 210, 211, 212, 216, 223, 224, 226, 249, 259, 266

V

Violência 134, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

AD MI NIS TRA ÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021